

FEMINIZAÇÃO E FEMINILIZAÇÃO DA DOCÊNCIA: A educação básica configurada como um campo de trabalho para mulheres

Debora Carolina Sabino de Souza

Licencianda em História pela Universidade Federal de Alagoas
debora.sabino.souza@gmail.com

Maria Clara da Silva Oliveira

Licencianda em História pela Universidade Federal de Alagoas
maclaraoliveiraaa@gmail.com

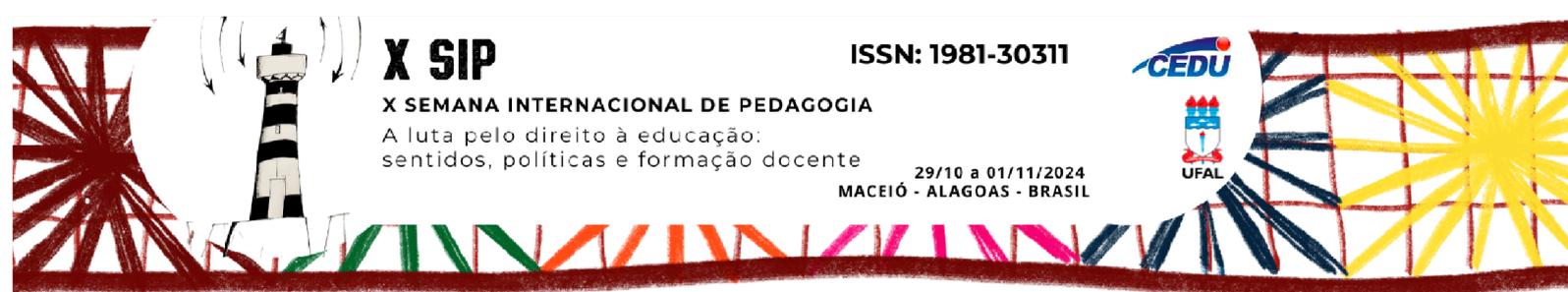
1 INTRODUÇÃO

Na história da educação brasileira, o estudo do fenômeno da feminização e feminilização da docência não é novidade, ao menos nas três últimas décadas, conforme cresceu o estudo da profissão docente em diversos âmbitos como condições de trabalho, perfil socioeconômico e cultural e, mesmo em menor medida, na divisão sexual do trabalho. Esse fenômeno pode ser descrito como a entrada massiva de mulheres na profissão (feminilização) e em seguida a profissão ser vista como um trabalho feminino (feminização), transformando a quantidade em atributo da profissão.

2 OBJETIVOS

O presente resumo pretende retomar pontos já abordados por estudos anteriores, trazendo um contexto histórico para a discussão, e compará-los com dados atuais do Censo da Educação Básica e da Educação Superior, de forma a estudar o quanto o fenômeno da feminilização e feminização ainda afeta os números da educação brasileira e se, de fato, a educação básica ainda se configura como um espaço de trabalho visto como feminino e ocupado por mulheres.

3 METODOLOGIA



Para este resumo expandido se optou pela análise quantitativa de dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2024) e do Censo da Educação Superior (INEP, 2023) e o estudo e análise da bibliografia selecionada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação foi, durante um longo período, ministrada por homens para homens, no Brasil, também era religiosa, ministrada pelos jesuítas. Quando as mulheres foram inseridas timidamente nesse processo, sua educação diferia da masculina e os currículos eram drasticamente diferentes, além disso, vale ressaltar que as primeiras meninas a receber educação formal eram, principalmente, as que pertenciam a elite social brasileira. Devido a inserção das meninas na educação, surgiu a necessidade de formar professoras para essas meninas, pois salas mistas ainda eram um tabu.

Após o período colonial e com a declaração da independência, surge o discurso sobre modernização do Estado e, portanto, a construção de escolas de primeiras letras para a população para afastar a ideia de um país inculto, embora essas escolas foram um projeto que demorou a se concretizar no território nacional. Segundo Yannoulas (2011) foi essa necessidade da expansão do magistério que permitiu a entrada massiva de mulheres na profissão na América Latina, pois foi identificado nas mulheres uma mão de obra barata e disponível, além de existissem justificativas pedagógicas que destacavam habilidades ditas “femininas” como as ideais para educar crianças.

Para formar essas novas professoras, as Escolas Normais ofereciam o curso de magistério para ambos os sexos, porém, foi notado um gradativo abandono dos homens no magistério, que, com a modernização, buscavam empregos mais bem remunerados na indústria e no espaço urbano. Esse processo foi essencial para que ocorresse a feminilização da profissão docente, pois as mulheres superaram os homens nos cursos das Escolas Normais e entre os formados em magistério. O ingresso massivo de mulheres diminuiu a remuneração e o prestígio da profissão, pois o trabalho docente exercido pelas mulheres passa a ser visto como uma “extensão” do trabalho reprodutivo, gratuito, que elas já exerciam em casa, cuidando de crianças.

Esse fenômeno não é exclusivo da docência, uma vez que todo trabalho que exigisse algum tipo de cuidado dos outros foi ingressado massivamente por mulheres conforme a situação socioeconômica mudava e a mulher precisasse de um emprego para complementar a renda familiar, áreas de cuidado sendo entendidas como enfermagem, serviço social e educação. Essas áreas começaram a fazer parte de um imaginário social do “trabalho de mulher” e sofreram com repetitivas desvalorizações.

Para essas mulheres, o magistério era a única forma de sair da esfera privada e possuir alguma renda e prestígio, principalmente as mais pobres, mesmo que, em primeiro momento, esse espaço tenha sido ocupado por mulheres brancas da classe média, chegou-se a se pensar a profissão docente como forma de sustento para órfãs que não tinham um pai para lhe sustentarem, porém, ainda existia a crença que, uma vez que a mulher se casasse, ela deveria deixar a profissão para dedicar-se ao cuidado do seu marido e filhos que viria a ter.

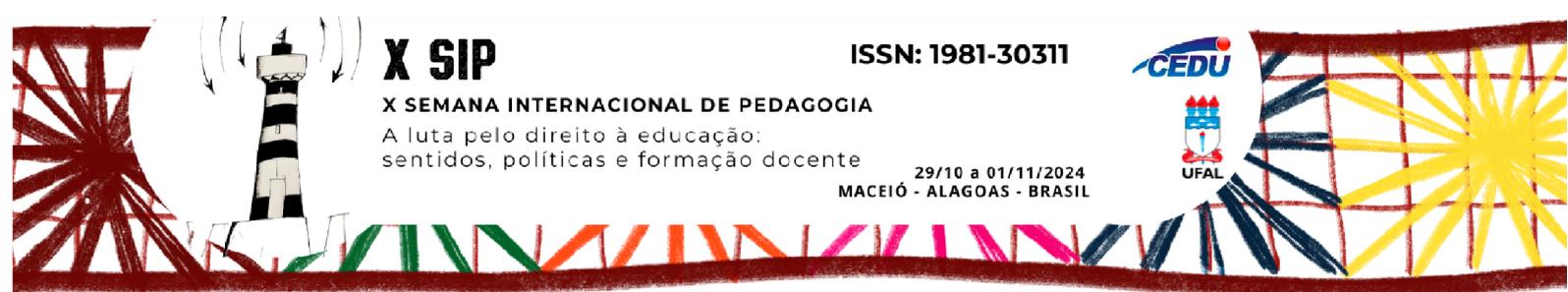
Essas professoras eram trabalhadoras substituíveis, vistas como meras reprodutoras do conhecimento que era feito em áreas superiores as quais elas ainda não possuíam acesso, portanto, mesmo que elas fossem as principais agentes do ensino, elas ainda estavam em um universo amplamente masculino, pois a seleção, produção e transmissão dos conhecimentos a serem reproduzidos por elas eram feitos por homens que ocupavam cargos maiores na educação. Isso é visível quando observamos que, conforme o grau escolar avança, o número de mulheres ocupando o cargo diminui. Porque, na educação infantil brasileira, 96,2% dos 685 mil docentes são do sexo feminino, enquanto que no ensino superior público, a maioria dos docentes com o maior grau de escolarização (54,7% dos doutores) são homens?

No Censo do Ensino Superior, no percentual de alunos concluintes de graduação, segundo o sexo, são de maioria feminina de maneira geral (61% na categoria municipal, 57,9% da estadual e 55,9% na federal), mas, analisando a área da educação, que compreende a pedagogia e as licenciaturas, observa-se uma predominância feminina ainda maior: 78,3% dos concluintes. Entretanto, o quadro de docentes da esfera pública ainda se observa a predominância masculina (54,7% dos doutores, 55,7% dos mestres e 57,8% dos até especialistas). No Censo da Educação Básica, se nota uma presença massiva de professoras na educação infantil (96,2%), mas esse número tende a diminuir conforme os anos avançam (77,6% no ensino fundamental e 58,6% no ensino médio), e a remuneração aumenta.

Portanto, apesar da educação básica ser um espaço ocupado predominantemente por mulheres, o mercado de trabalho é verticalizado, pois poucas mulheres ocupam cargos altos embora seja um setor visto e entendido como “feminino”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar quantitativamente o número de mulheres atuando na educação básica não é o suficiente para a análise da feminização da profissão, podendo passar pela ilusão que é uma profissão vocacionada e que mulheres apenas possuem mais aptidão para isso, como o discurso que se vendeu para o ingresso da



mulher na docência. A feminilização e feminização da docência é, fundamentalmente, política.

O ingresso massivo de mulheres no magistério se mostrou, em muitos momentos, como a única alternativa que elas possuíam para sair da esfera privada e poderem transitar pelo espaço público, e principalmente pelas escolas, uma vez que a infância já era sacralizada e o cuidado era visto como algo “feminino por natureza”. As professoras mulheres, no período em que o currículo feminino e masculino era diferente, eram isentas de ensinar geometria, mesmo que a disciplina fosse um critério para um salário maior, reforçando a diferença salarial entre homens e mulheres. A feminilização da educação pública também é igualmente política, uma vez que, ao universalizar o ensino, o governo precisava gastar menos com a mão de obra e, com o discurso de “vocação” e “natureza feminina ao cuidado”, o trabalho feminino na docência era visto de menor valor — os homens não aceitariam ganhar menos.

Assim, atribui-se a feminiliza o da profissão e sua conseqüente feminiza o a desvaloriza o da docência, e principalmente os docentes que atuam na educa o básica. A docência foi associada a qualidades “femininas”, como a sensibilidade, a maternidade, o zelo e a paciência. Desse modo, o trabalho docente se confunde com o trabalho reprodutivo e se perpetua a esmagadora maioria de mulheres trabalhando na área da educa o, sistematicamente desvalorizada, principalmente a educa o infantil.

REFERÊNCIAS

YANNOULAS, S lvia Cristina. Feminiza o ou feminiliza o?: apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011.

DA ROSA, Renata Vidica Marques. *Feminiza o do magistério: representa es e espaço docente*. 2011.

ANTUNES, Lauren; ACCORSSI, Aline. Rela es de g nero e a feminiza o da profissão docente: reflexões sobre a divisão sexual do trabalho. *Educa o, Ciência e Cultura*, v. 24, n. 3, p. 49-60, 2019.

FERREIRA, M rcia Ondina Vieira. Feminiza o e “natureza” do trabalho docente-Breve reflexão em dois tempos. *Retratos da Escola*, v. 9, n. 16, p. 153-166, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educa o Básica 2023: resumo técnico*. Brasília, DF: Inep, 2024. disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2022: resumo técnico. Brasília, DF: Inep, 2023. disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2022: divulgação de resultados. Brasília, DF: Inep, 2023. disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf